

Fórum Energia e Clima vai criar observatório para os países lusófonos

12 de Outubro, 2020

O Fórum Energia e Clima, criado por entidades dos nove Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), vai lançar um observatório do clima e arrancar com mais três projetos em 2021, disse o presidente da organização, Ricardo Campos, em entrevista à agência Lusa.

“O que estamos a fazer (...) é uma amostra muito importante de recolha de dados e de informação, para promover a reunião dessa informação neste observatório, de forma a transmitirmos à ciência e à sociedade em geral um conhecimento maior sobre o problema das alterações climáticas”, afirma Ricardo Campos.

O que o Fórum pretende com este projeto é “permitir à ciência e aos decisores públicos compreenderem melhor o fenómeno e terem uma noção muito mais concentrada daquilo que são os problemas e terem indicadores de extraordinária importância para a tomada de decisão”, disse.

Para isso, o Fórum Energia e Clima está a contar com um financiamento do Fundo Ambiental Português e deverá arrancar ainda este ano. “Já foi apresentada a candidatura e estamos a todo o momento à espera” que seja garantido o financiamento, disse o presidente daquela entidade, constituída em 2019 e apresentada publicamente em 31 de janeiro deste ano.

A informação para o observatório é recolhida, parte através das pessoas que estão nos nove países lusófonos e outra parte é baseada em dados satélite. “Até ao final de 2020 contamos fazer a sua apresentação pública já com uma monitorização inicial de pelo menos 35 indicadores, entre os que tenham a ver com a adaptação e também com mitigação”, avançou Ricardo Campos, para quem a informação “está garantida à partida, porque o Fórum da Energia e Clima já reúne 1.500 membros, com vários níveis de formação”.

Em relação a outros projetos do fórum, o presidente destacou três, que espera estarem no terreno “até ao final do primeiro trimestre de 2021”. Um deles consiste na instalação de fogões solares na Guiné-Bissau, que “pode ajudar na sensibilização para a necessidade de não haver tanta desflorestação no país e, ao mesmo tempo, para que se possam aproveitar as energias renováveis para outras atividades sem ser a produção de eletricidade”.

Os fogões solares vão chegar a sete comunidades naquele país de África, especificou, referindo as vantagens deste recurso, “nomeadamente a não exposição ao fumo e outros poluentes com uma influência muito negativa na saúde”.

Este projeto “tem a participação dos vários países, de forma também a aprofundar a solidariedade e a cooperação entre todos”. Outro projeto é a iniciativa “Uma casa, uma lâmpada”, que se destina a São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Cabo Verde e que tem, segundo Ricardo Campos, o objetivo de

levar eletricidade a lugares onde não existe cobertura da rede elétrica.

“Queremos fazer minissistemas de microgeração para que, pelo menos, exista nas casas iluminação para que à noite as crianças possam estudar em casa ou carregarem um telemóvel. O objetivo é abranger cerca de mil casas”, adiantou. A este soma-se ainda o projeto de recuperação de mangais, que resulta de uma iniciativa do Brasil, de Angola e Moçambique para requalificar 700 hectares de mangais numa primeira fase, mas sobre o qual não adiantou detalhes.

Ricardo Campos pretende também que seja continuado um outro projeto, o dos “Guardiões”, que arrancou antes do início da pandemia de covid-19 na Guiné Equatorial e em Cabo Verde, mas que, por causa dela, ficou parado. “É um projeto de mobilização e sensibilização da sociedade civil, principalmente dos mais jovens. Por isso, numa primeira fase, o fórum optou por executá-lo junto das escolas de vários níveis de ensino, desde o secundário até às universidades. Mas com o confinamento teve de parar”, explicou o presidente daquela entidade, que nada tem a ver com a CPLP, embora se tenha candidatado a observador associado daquela comunidade.

O financiamento para todos os projetos “baseia-se em sistemas multilaterais, mas também nas contribuições em termos de parceiros e patrocinadores para alguns deles”, especificando que, além do Fundo Ambiental português, “estão a ser preparadas candidaturas a programas da União Europeia e das Nações Unidas”.